 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 045. Moralidades, afetos e políticas: sobre e das relações de gênero entre indígenas

Patricia Carvalho Rosa (Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá) - Coordenador/a, Elizabeth de Paula Pissolato (Universidade Federal de Juiz de Fora) - Coordenador/a, Diógenes Egidio Cariaga (PPGAS/UFSC) - Debatedor/a, Suzana Cavalheiro de Jesus (Universidade Federal do Pampa) - Debatedor/a, Andréa Carvalho Mendes de Oliveira Castro (Universidade Federal do Paraná) - Debatedor/a O GT pretende colocar em di?logo pesquisas que reflitam sobre os modos ind?genas de elabora??o e significa??o de suas no?es de identidades de g?nero e sexuais diante de suas exist?ncias h?bridas quando observamos as escalas de mobilidades/tr?nsitos de referentes morais e ?ticos que passam a circular e constituir seus cotidianos. Estes referentes plurais t?m conectado diferentes pontos de vista entre os coletivos amer?ndios; nos modos como as narrativas sobre pessoa, corpo, parentesco n?o est?o distantes de rela?es que envolvem distintos regimes de alteridade e rela?es de poder. Sob tais condi?es sempre pl?sticas e conjunturais de produzir gradientes relacionais, etnografias recentes conduzem nossos olhares ?s considera?es dos fatores que contribuem para a heterogeneidade de experi?ncias ind?genas relativas ?s problem?ticas de g?nero que atravessam as estruturas simb?licas e pr?xis coletivas. Entre estes processos a afilia??o religiosa, idade, escolariza??o, rela?es com o sistema de sa?de, mobilidades e migra??o, gest?o dos territ?rios, s?o fatores transversais que intersectam elementos culturais, hist?ricos e pol?ticos que cominam nas cosmopol?ticas efeitos conceituais, de tradu??o, manejo das diferen?as e experimenta?es de viv?ncias diferenciadas. Esperamos reunir pesquisas que reflitam sobre os (re)posicionamentos dos entendimentos ind?genas sobre os dom?nios, rela?es e agenciamentos masculinos e femininos e como estes vem vivenciando e significando estes processos.

> **VI Kuñangue Aty Guasu: comentários sobre uma ação política ameríndia residual, mas irredutível.**
>
> **Autoria:** Aline Domingos Corrêa
>
> Esse artigo se propõe a trabalhar com algumas das complexidades que abarcam os fenômenos da temática indígena, em Mato Grosso do Sul. Pretende-se com este, entender o papel dos territórios na vida cotidiana dos povos Kaiowá e Guarani e perceber como esta ligação com a terra atravessa e é atravessada pela construção da ação política e das narrativas das lideranças femininas Kaiowá e Guarani. Entende-se que os sentidos dados a territorialização são permeados por diversos marcadores sociais tais como o sagrado, o poder, as relações interétnicas e, também, pelo gênero. As reflexões realizadas neste artigo partem da assembléia das mulheres indígenas: a VI Kuñangue Aty Guasu - mobilização promovida por várias lideranças (mulheres, homens, jovens) Guarani e Kaiowá. A assembléia, durou 5 dias, com a programação oficial entre do dia 10 até o dia 14 de julho de 2018. O encontro das comunidades indígenas ocorreu na aldeia de Amambai, no município de Amambai, em Mato Grosso do Sul. Enfoca-se mapear alguns apontamentos para a pesquisa que vem sendo realizada sobre o papel da ação política construída pelas mulheres Kaiowá e Guarani, nos processos de demarcação e reocupação dos territórios; evidencia-se, especialmente, as ações de enfrentamento aos constantes ataques direcionados, via poder público, aos direitos originários desses povos.

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**